



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **RECURSO N.º 11, DE 2021**

**(Do Sr. Filipe Barros)**

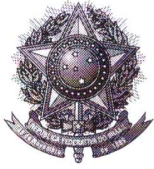
Recurso, na forma do art. 137, § 2º, do RICD, contra a Decisão de Devolução do Projeto de Lei nº 6.252, de 2019, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), de 20 dezembro de 1996, para dispor sobre a proibição de greve de estudantes universitários de instituições públicas.

**DESPACHO:**

SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, APÓS TER SIDO OUVIDA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, NOS TERMOS DO ART. 137, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO. PUBLIQUE-SE

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**RECURSO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**

(Do Sr. Filipe Barros)

Recurso, na forma do art. 137, § 2º, do RICD, contra a Decisão de Devolução do Projeto de Lei nº 6.252, de 2019, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), de 20 dezembro de 1996, para dispor sobre a proibição de greve de estudantes universitários de instituições públicas.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com base no art. 137, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho interpor recurso contra a decisão proferida por Vossa Excelência (Ofício nº 238/2021/SGM/P) que devolveu o Projeto de Lei nº 6.252, de 2019, sob o argumento de "conter matéria evidentemente inconstitucional".

Recebido o recurso, requeiro o devido processamento, nos termos regimentais, para que, ouvida a Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania, seja ao final provido, a fim de que seja sanado o vício de ausência de motivação de que padece a decisão recorrida pelas razões expostas abaixo.

**RAZÕES DE RECURSO**

De início, é necessário registrar que, em conformidade com o § 2º do artigo 137 do RICD, cabe a interposição de recurso ao Plenário, em caso de devolução de proposição, no prazo de cinco sessões da publicação do despacho correspondente.

Assim sendo, considerando que a publicação em questão se deu no Diário da Câmara dos Deputados em 20 de abril de 2021 (terça-feira), e que, a partir de então, não restaram realizadas cinco sessões deliberativas, o Recurso, protocolado na data de hoje (22 de abril de 2021), mostra-se inegavelmente tempestivo, devendo, portanto, ser apreciado.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210320613000>





No mérito, a questão nos parece bastante simples, o que de certo modo revela a surpresa com que o Recorrente recebeu o lacônico despacho de devolução do Projeto, simplesmente afirmando que "não será possível dar seguimento à proposição em apreço em virtude de ela conter matéria evidentemente inconstitucional."

Infelizmente, não é possível extrair do documento supramencionado qualquer fundamentação, mesmo que longínqua ou abstrata por via de princípios, que aponte as razões pelas quais o Projeto apresentado (e devolvido) contraria a Lei Maior.

Não havendo exposição das razões de direito que inspiraram a decisão denegatória, esta há de ser tida por nula de pleno direito.

O princípio da motivação exige que os atos praticados por autoridade pública devem receber a devida exposição dos motivos de fato e de direito que levaram à sua prática, pois é uma decorrência natural do Estado Democrático de Direito e do direito ao devido processo legislativo que nós, parlamentares, possuímos, conforme decidido inúmeras vezes pela Suprema Corte Brasileira.

Logo, sendo o povo o verdadeiro titular da coisa pública, fica claro que a decisão que nega a um representante eleito pelo povo o exercício da prerrogativa constitucional de apresentar determinado projeto de lei deve ser excessão, aplicável exclusivamente aos casos em que o projeto de lei viole taxativamente as cláusulas pétreas da nossa Carta Maior, que é aquilo que temos de imutável em nossa Constituição Federal, quais sejam:

Art. 60.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210320613000>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Filipe Barros - PSL/PR**

Ademais, não é outro o entendimento pacificado em inúmeros precedentes desta Casa de leis.

Ante o exposto, solicito a anulação da decisão que devolveu o PL nº 6.252/2019 em razão da ausência de exposição dos motivos de direito que a fundamentam.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2021.



**Filipe Barros**

Deputado Federal - PSL/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210320613000>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.252, DE 2019**

**(Do Sr. Filipe Barros)**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), de 20 dezembro de 1996, para dispor sobre a proibição de greve de estudantes universitários de instituições públicas.

**DESPACHO:**

DEVOLVA-SE A PROPOSIÇÃO, COM BASE NO ARTIGO 137, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "B", DO RICD. OFICIE-SE AO AUTOR E, APÓS, PUBLIQUE-SE.

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Filipe Barros)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), de 20 dezembro de 1996, para dispor sobre a proibição de greve de estudantes universitários de instituições públicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta os § 3º-A, § 3º-B e § 3º-C ao art. nº 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

“Art. 47.....

§ 3º .....

§ 3º-A Fica vedada a adesão de estudante de ensino superior à paralisação de suas atividades em movimentos de greve estudantil.

§ 3º-B Será considerada greve estudantil o movimento de interrupção coletiva e não-eventual das atividades escolares por parte dos alunos.

§ 3º-C O estudante que comprovadamente participar de greve estudantil será expulso da instituição pública a que estiver vinculado e estará impedido de realizar nova matrícula em qualquer instituição pública de ensino superior nos dois anos seguintes a data do desligamento da instituição anterior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

As denominadas greves estudantis têm se repetido em algumas instituições de ensino superior ao longo dos últimos anos. As referidas greves, somadas as recorrentes paralizações de professores e servidores, ampliam as perdas de conteúdo, prejudicam a qualidade de ensino nas instituições e causam transtornos para os estudantes que não tem intenção de participar destes movimentos.

Ressalta-se ainda que as greves estudantis, por vezes, infringem inclusive o art. 5º da Constituição Federal de 1988, que garantem o direito de ir e vir, quando bloqueiam entradas de universidades e/ou salas, impedindo os demais alunos de frequentarem normalmente as aulas.

Outro problema recorrente que merece ser mencionado, é o fato de muitos estudantes utilizarem métodos de coação com a intenção de que outros indivíduos entrem em greve, ou de atrapalhar o direito de outrem. Atitudes nesse sentido, violam também o previsto no art. 6º da Lei nº 7.783/89 (Lei de Greve), de 28 de junho de 1989, que trata do direito de greve e garante o direito de não aderir a paralisações<sup>1</sup>.

Ademais, o conceito de greve por parte de estudantes não está regulamentado em lei. Nesse sentido, cabe ressaltar, mais uma vez, a Lei nº 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, que reserva esse direito apenas aos trabalhadores, não estendendo esse direito a alunos que não tem nenhum vínculo empregatício com as instituições a que estão vinculados. Na mesma linha, a Constituição Federal, em seu art. 9º, também assegura o direito de greve, mas apenas aos trabalhadores<sup>2</sup>:

**Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.**

Outrossim, cabe mencionar aqui, o entendimento do Professor de Direito Administrativo, Doutor Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, o qual sustenta que<sup>3</sup>:

**"Apesar do proclamado status de grevistas (dos estudantes), teoricamente uma greve só é possível em situações que envolvam categorias profissionais"**  
(Grifo nosso).

1- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7783.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.HTM)

2- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

3- <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mas-afinal-existe-greve-de-estudantes-4hj4o8a02bqgg1hfx1gb6knfg/>



Com base no exposto acima, restam prejudicadas as recorrentes argumentações sobre a legalidade das chamadas greves estudantis baseadas no art. 9º da Constituição Federal ou na Lei nº 7.783, pois, ambas as legislações não abarcam os estudantes em seus dispositivos.

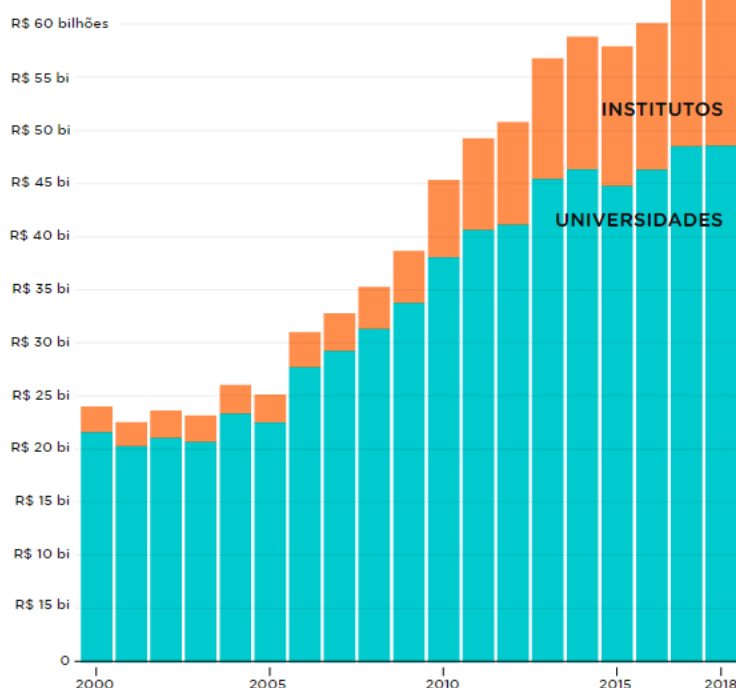
Cumpram-se ainda que a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), é expressa em seu art. 47, § 3º, ao afirmar que<sup>4</sup>:

***§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.***

Some-se a estes pontos, o fato de tais movimentos ferirem todo um orçamento da gestão pública, previstos pelos Ministério da Economia e da Educação, que custeiam esses alunos. O governo federal possui, atualmente, 108 instituições de ensino superior pelo Brasil, 68 são universidades, 38 são institutos e 2 são CEFETS (Centros de Educação Tecnológica). Os gráficos abaixo exibem o orçamento anual dessas instituições, com base em dados do SIOP do Ministério da Economia, em valores de dezembro de 2018<sup>5</sup>.

#### Orçamento anual das universidades e institutos ao longo do tempo

Corrigido pelo IPCA, em valores de dezembro de 2018



6- [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/estatisticas\\_educacionais/ocde/education\\_at\\_a\\_glance/Country\\_Note\\_traduzido.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf)

7- idem

8- idem



Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2019/05/08/O-or%C3%A7amento-das-universidades-e-institutos-federais-desde-2000>

Em 2015, o governo brasileiro investiu em educação, do ensino fundamental ao nível superior, 5,5% do PIB (enquanto a média OCDE é 4,5%). Isso inclui tanto o gasto direto em instituições de ensino (tais como os custos de funcionamento das escolas públicas), que corresponde a cerca de 5% do PIB, quanto o subsídio a famílias ou outros agentes não educacionais do setor privado (tais como financiamentos públicos estudantis, bolsas e subsídios concedidos a estudantes de instituições privadas). O gasto público direto em instituições de ensino aumentou cerca de 70% entre 2005 e 2011, mas permaneceu em grande parte estável desde então. Embora o gasto brasileiro com educação em termos de percentual do PIB esteja entre os mais elevados dos países membros e parceiros da OCDE, o PIB per capita do País, que é comparativamente inferior, faz com que o gasto por estudante seja um dos mais baixos<sup>6</sup>.

O gasto anual por estudante em instituições de ensino dá uma noção do investimento feito em cada estudante. O governo do Brasil gasta cerca de 3.800 dólares por estudante dos ensinos fundamental e médio (incluindo a educação profissional subsequente) nas instituições públicas, o que representa menos que a metade da média OCDE. No Brasil, o gasto acumulado por estudante na faixa etária de 6 a 15 anos é de aproximadamente 47.300 dólares, valor superior ao do México<sup>7</sup>.

Se considerarmos apenas os gastos com ensino superior, o governo gasta quase quatro vezes mais por estudante nas instituições públicas (14.300 dólares), um pouco abaixo da média OCDE de 15.500 dólares. A diferença entre o gasto com um estudante do nível superior e um estudante dos níveis educacionais anteriores é a maior entre todos os países membros e parceiros da OCDE<sup>8</sup>.

Levando-se em consideração os números apresentados, parece contraditório que em um país em desenvolvimento, que investe quase quatro vezes mais no ensino superior do que nos ensinos fundamental e médio, estudantes realizem greves estudantis causando transtornos acadêmicos e prejuízos financeiros ao erário.

1- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7783.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.HTM)

2- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

3- <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mas-afinal-existe-greve-de-estudantes-4hj4o8a02bqgg1hfx1gb6knfg/>

Ante o exposto, e pela relevância do tema, rogamos aos nobres pares agilidade na deliberação e aprovação do presente projeto de lei, com a finalidade de coibir a referida prática.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado Filipe Barros

- 1- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7783.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.HTM)
- 2- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- 3- <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mas-afinal-existe-greve-de-estudantes-4hj4o8a02bqgg1hfx1gb6knfg/>

**FIM DO DOCUMENTO**